
CONSULTA 0007890-68.2010.2.00.0000**Requerente:** Associação dos Magistrados do Paraná**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

ACÓRDÃO**EMENTA: CONSULTA. CARGO EM COMISSÃO. PERCENTUAL. RESOLUÇÃO Nº 88, DE 2009, DO CNJ. TOTAL DE CARGOS. SERVIDOR EFETIVO. PREFERÊNCIA NO RECRUTAMENTO.**

1. O percentual de cargos em comissão reservados a servidores efetivos do Poder Judiciário previsto no § 2º do artigo 2º da Resolução nº 88, do Conselho Nacional de Justiça, apura-se a partir do número total de cargos em comissão existentes na estrutura de pessoal do Tribunal de Justiça, não sendo excluídos aqueles destinados à assessoria dos magistrados que, ao recrutarem profissionais para tais funções, devem dar prioridade aos integrantes da carreira do Poder Judiciário, porquanto é esta a *mens legis* que norteia o disposto no inciso V do artigo 37 da Constituição e § 2º do artigo 2º da Resolução nº 88, de 2009.

4. Consulta a que se responde negativamente

RELATÓRIO

Trata-se de Consulta, proposta pela Associação dos Magistrados do Paraná – AMAPAR -, por meio da qual requer que se reconheça que o limite de cargos comissionados a serem ocupados por servidores efetivos, previsto no § 2º do artigo 2º da Resolução nº 88, de 2009, deste Conselho Nacional de Justiça, não se aplique aos cargos de confiança de assessoria direta aos magistrados daquele Estado, mas tão somente ao quadro de cargos à disposição da administração do Tribunal de Justiça.

O consulente afirma que haveria divergência entre a decisão deste Conselho Nacional de Justiça que firmou entendimento segundo o qual cabe ao juiz a indicação do ocupante de cargo comissionado ou função de confiança para sua assessoria e a previsão do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 88, deste próprio Conselho.

Argumenta que, acaso se entenda que o percentual de 50% (cinquenta por cento) dos cargos comissionados a serem preenchidos por servidores do quadro efetivo do Tribunal abrange também os cargos de assessoria direta dos magistrados, tais nomeações se tornarão inviáveis.

Sustenta que tal norma implicaria em tratamento diferenciado a alguns juízes que estariam obrigados a recrutar seus assessores dentre os servidores do próprio quadro de pessoal efetivo do Tribunal, enquanto outros magistrados puderam fazê-lo de forma mais ampla.

VOTO

1. Consulta. Cargo em Comissão. Percentual. Resolução nº 88, de 2009, Do CNJ. Total de Cargos. Servidor Efetivo. Preferência no Recrutamento.

A questão posta à análise pela Associação dos Magistrados do Paraná – AMAPAR – não comporta discussão mais extensa, ao contrário, soluciona-se mediante a aplicação direta do dispositivo constitucional atinente à matéria, combinado com a disciplina contida na Resolução nº 88, do Conselho Nacional de Justiça.

Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, o inciso V do artigo 37 da Constituição prevê que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, *a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei*, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

Vê-se, portanto, que a idéia de um percentual mínimo de cargos e funções de confiança reservados aos servidores efetivos animou o legislador constituinte derivado, o qual, expressamente, remeteu as hipóteses, condições e percentuais à regulamentação específica pelos órgãos competentes.

No âmbito do Poder Judiciário da União, a matéria encontra regramento na Lei nº 11.416, de 2006, reproduzida abaixo no ponto em que interessa:

Art. 5º Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§ 7º Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão, a que se refere o *caput* deste artigo, no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário, serão destinados a servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal, na forma prevista em regulamento.

Por sua vez, a Resolução nº 88, de 08 de setembro de 2009, deste Conselho Nacional de Justiça, é ainda mais clara no que se refere à realização do comando constitucional contido no inciso V do artigo 37 da Constituição em todo o Poder Judiciário nacional, senão vejamos:

Art. 2º Os cargos em comissão estão ligados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo vedado seu provimento para atribuições diversas.

(...)

§2º *Para os Estados que ainda não regulamentaram os incisos IV e V do art. 37 da Constituição Federal, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão deverão ser destinados a servidores das carreiras judiciárias, cabendo aos Tribunais de*

Justiça encaminharemos projetos de lei de regulamentação da matéria, com observância desse percentual. (Grifo não consta do original)

Ora, não há na Constituição, nem na legislação ordinária e tampouco na Resolução do Conselho Nacional de Justiça qualquer *discrimen* entre os cargos em comissão constantes da estrutura funcional dos Tribunais que autorize a distinção proposta pela associação consulente, ou seja, os textos normativos incidentes sobre o caso não estabelecem qualquer diferenciação entre cargos em comissão ligados à assessoria direta de juízes ou desembargadores e cargos em comissão afetos às atividades administrativas dos Tribunais.

E nem se alegue que tal previsão contraria a decisão deste Conselho Nacional de Justiça que definiu que cabe ao juiz a indicação do profissional que atuará em sua assessoria, pois tal posicionamento visa resguardar o magistrado de ingerências externas na gestão dos serviços jurisdicionais de sua competência e não isentá-lo da observância da Resolução nº 88, de 2009.

Outro argumento que merece ser rechaçado é o de que a disposição da Resolução nº 88 representaria quebra da isonomia entre magistrados. Ora, o percentual de 50 % (cinquenta por cento) previsto no § 2º do art. 2º do referido ato normativo é norma de defesa dos servidores efetivos das carreiras do Poder Judiciário que não afeta a possibilidade de escolha, por parte dos juízes, do profissional que melhor o auxilie nas tarefas de maior complexidade.

Neste sentido, cito precedente deste Conselho, cujo Acórdão coube a este mesmo Relator e restou assim ementado:

Pedido de Providências. Servidor público. Cargos comissionados. Cargos efetivos. Níveis de proteção. Resolução nº 88, do CNJ. Lei Estadual. Percentual mais favorável aos servidores efetivos. Apuração. Cargos efetivamente ocupados. Cargos vagos. Alto percentual. Estudo acerca da possibilidade de extinção de cargos. Procedência parcial. Modulação de efeitos. 1) *Os percentuais de cargos comissionados reservados aos servidores integrantes das carreiras do Poder Judiciário estabelecem níveis de proteção, devendo prevalecer aquele mais favorável ao servidor público efetivo*, de maneira que, no caso, o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), estabelecido na Resolução nº 88, do CNJ, cede espaço para os 60% (sessenta por cento) previstos no artigo 6º, § 2º da Lei n.º 11.170, de 2008, do Estado da Bahia. 2) O percentual de 60% (sessenta por cento) dos cargos em comissão destinados aos servidores do quadro de pessoal efetivo do Judiciário deve ser apurado a partir do número de cargos em comissão efetivamente ocupados, sob pena de desvio da finalidade alvitada na Lei Estadual nº 11.170 e, principalmente, da regra encartada no art. 37, V, da Constituição. 3) No caso dos autos, 736 (setecentos e trinta e seis) dos 1.131 (mil cento e trinta e um) cargos em comissão existentes encontram-se vagos e o Tribunal está impedido de promover nomeações por estar extrapolando o limite de gasto com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que dos 395 (trezentos e noventa e cinco) cargos em comissão atualmente providos, nada menos que 290 (duzentos e noventa) são ocupados por servidores não efetivos ou sem vínculo com a Administração Pública, ou seja, somente 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento) são destinados aos servidores efetivos, situação que não se conforta com o mandamento Constitucional. 4) Havendo número excessivo de cargos em comissão vagos, os quais o Tribunal não pode prover por estar no limite de gastos com pessoal, deve ser realizado estudo pelo Órgão Jurisdicional para verificar se é o caso de, nos termos do artigo 169, § 3º, inciso I, da Constituição, extinguir alguns deles. 5) Pedido julgado parcialmente procedente, com modulação de efeitos. (CNJ – PP 0003175-80.2010.2.00.0000 – Rel. Cons. Walter Nunes da Silva Júnior – 111ª Sessão – j. 31/08/2010 – DJ - e nº 161/2010 em 02/09/2010 p.34). (Grifo não consta do original)

Desta forma, é descabida qualquer tentativa de excluir da base de cálculo do percentual de proteção previsto pela Constituição e regulamentado pela Resolução nº 88, de 2009, deste Conselho, os cargos em comissão de assessoria direta dos magistrados, até mesmo porque, conforme a literalidade dos dispositivos em comento, os percentuais ali indicados são mínimos, não havendo óbice a que a ocupação de cargos comissionados por servidores efetivos ultrapasse os 50 % (cinquenta por cento) definidos em Resolução.

As dificuldades relatadas pela associação consulente para recrutamento de servidores do quadro efetivo por parte dos magistrados deve-se a outro fator que atinge a maioria dos Tribunais brasileiros e já foi objeto de críticas por parte do Conselho Nacional de Justiça, a saber: a hipertrofia do quadro de pessoal na sede do Tribunal de Justiça e no 2º grau de jurisdição em detrimento do aprimoramento da estrutura de pessoal da primeira instância.

De todo modo, não se pode remediar tal distorção em prejuízo dos servidores efetivos do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cabendo aos magistrados, ao indicarem seus assessores, darem preferência aos profissionais que já integram a carreira do próprio Poder Judiciário local, porquanto é esta a *mens legis* que norteia o disposto no inciso V do artigo 37 da Constituição e § 2º do artigo 2º da Resolução nº 88, de 2009.

2. Conclusão

Ante o exposto, conheço da presente Consulta para respondê-la negativamente nos termos a seguir:

1. O percentual de cargos em comissão reservados a servidores efetivos do Poder Judiciário previsto no § 2º do artigo 2º da Resolução nº 88, do Conselho Nacional de Justiça, apura-se a partir do número total de cargos em comissão existentes na estrutura de pessoal do Tribunal de Justiça, não excluindo-se aqueles destinados à assessoria dos magistrados que, ao recrutarem profissionais para tais funções devem dar prioridade aos integrantes da carreira do Poder Judiciário, porquanto é esta a *mens legis* que norteia o disposto no inciso V do artigo 37 da Constituição e § 2º do artigo 2º da Resolução nº 88, de 2009.

Eis o Voto.

Intime-se. Arquive-se.

WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR em 03 de Junho de 2011 às 00:31:28

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
9f59fef8a2bd8c692f75a144ee688f09



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1065329**



110706171140000000000001064621